

IC - Inquérito Civil nº 06.2020.00004015-5

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **Ministério Público do Estado de Santa Catarina**, representado neste ato pela Promotora titular da 21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville, Simone Cristina Schultz, com atuação na Curadoria **DO MEIO AMBIENTE NATURAL E DEFESA DOS DIREITOS ANIMAIS**, e a pessoa física **CHARLES CRISTHIANO PINTRO**, inscrito no CPF n. 046.036.339-55, residente na rua Jacob Moser, 395, bairro Vila Nova, Joinville/SC, comodatário do imóvel localizado na Estrada Blumenau, lado esquerdo após o número 1057, bairro Vila Nova, em Joinville/SC,

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais, coletivos, difusos e individuais indisponíveis, sendo órgão encarregado para promover Inquérito Civil e Ação Civil Pública para a proteção do Meio Ambiente, conforme arts. 127 e 129, II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, foi erigido pelo art. 225 da Constituição Federal como um direito de todos;

CONSIDERANDO que o conceito de meio ambiente descrito na Constituição Federal traduz como interesse difuso, cuja titularidade a todos interessa, incluindo-se neste conceito de titularidade as gerações futuras, sequer nascidas, bem como a necessidade de preservação do meio ambiente ser obrigação imposta a todos, sem exceção;

CONSIDERANDO que o art. 2º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, considera o meio

ambiente patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo, e aponta para a nação brasileira a diretriz da preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana;

CONSIDERANDO que a condução responsável e legítima de atividade econômica que possa causar e/ou tenha causado consideráveis impactos ambientais requer que em sua implantação seja permitido um real monitoramento por parte da sociedade civil organizada, inclusive através da recuperação de áreas indevidamente degradadas;

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei nº 9.605/98);

CONSIDERANDO que o não cumprimento da legislação ambiental, assim como a falta de licenciamento, provoca degradação ao meio ambiente, causando risco à saúde pública;

CONSIDERANDO o Inquérito Civil Público n. **06.2020.00004015-5**, em trâmite nesta 21ª Promotoria de Justiça sob a presidência da Promotora de Justiça signatária, o qual investiga a realização de obra de terraplanagem que teria atingido área de preservação permanente (mata ciliar) existente em imóvel localizado na Estrada Blumenau, lado esquerdo após o número 1057, bairro Vila Nova, em Joinville/SC;

CONSIDERANDO que foi lavrado pelo Órgão Ambiental Municipal o Auto de Infração Ambiental n. 3224/2020 em 16/06/2020, tendo como fator gerador terraplanagem sem licença ambiental em área imediatamente ao lado de curso hídrico, portanto Área de Preservação Permanente, por Charles Cristhiano Pinto,

enquanto na qualidade de comodatário do referido imóvel;

CONSIDERANDO que a Lei 6.938/81, em seu art. 14, § 1º, estabelece a responsabilidade civil objetiva por danos ambientais;

CONSIDERANDO que tramita junto ao Órgão Ambiental Municipal o Processo SEI n. 20.0.111672-6, pelo qual o **COMPROMISSÁRIO** busca a concessão de Alvará de Grande Terraplanagem, sendo este condicionado à execução do Projeto de Recuperação da Área Degradada – PRAD, que já se encontra aprovado, conforme Ofício SEI n. 6383957/2020;

CONSIDERANDO que o **COMPROMISSÁRIO** manifestou interesse em firmar termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina (fls. 689), a fim de regularizar a situação ambiental da área;

CONSIDERANDO, pois, as funções institucionais do Ministério Público, dentre as quais se destaca a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses relacionados à preservação do meio ambiente, para lavrar com os interessados Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta às exigências legais, prevista nos artigos 127 e 129, inciso II e III, ambos da Constituição Federal, no artigo 25, inciso IV, alínea “a”, da Lei n. 8.625 e Lei Complementar Estadual n. 738/2019,

RESOLVEM

celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, com a permissão do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24-07-85, mediante os seguintes termos:

Cláusula 1ª - O COMPROMISSÁRIO CHARLES CRISTHIANO PINTRO compromete-se a cumprir com as medidas indicadas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (SAMA) no Projeto de Recuperação de

Área Degradada – PRAD apresentado junto ao Processo SEI n. 16.0.014629-2, além de outras que se fizerem necessárias, visando a completa recuperação dos danos ambientais causados;

Cláusula 2º - O COMPROMISSÁRIO CHARLES CRISTHIANO PINTRO compromete-se a dar efetivo cumprimento ao PRAD, já aprovado pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – SAMA, que condiciona a emissão do Alvará de Grande Terraplanagem;

Cláusula 3ª – A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Joinville monitorará o projeto pelo prazo que entender necessário quando da sua aprovação, período no qual o **COMPROMISSÁRIO CHARLES CRISTHIANO PINTRO** deverá apresentar, trimestralmente – **em não sendo estipulado outro prazo pelo órgão ambiental** –, relatórios de execução e de manutenção ao Órgão Ambiental e cópia digital nesta Promotoria de Justiça das etapas já concluídas do PRAD;

Parágrafo Primeiro - Na sequência de cada relatório apresentado pelo **COMPROMISSÁRIO à SAMA**, o Órgão Ambiental fará vistoria e avaliação técnica acerca das condições ambientais encontradas, encaminhando a esta PJ, em até 30 (trinta) dias do protocolo administrativo pelo **COMPROMISSÁRIO**, o respectivo laudo, dando conta do monitoramento e esclarecendo tecnicamente se o objetivo do projeto está sendo alcançado com êxito;

Cláusula 4ª – O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial, coletiva ou individual, de natureza civil, contra o compromissário, desde que cumpridos os itens ajustados;

Cláusula 5ª - O não cumprimento das cláusulas ajustadas, pelo **COMPROMISSÁRIO**, implicar-lhe-á no pagamento de multa R\$ 1.000,00 (mil reais), por dia, por cada atividade descumprida do cronograma físico de execução do projeto, que será revertido ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados, sem

prejuízo de outras sanções cabíveis;

Cláusula 6ª. O cumprimento das obrigações ajustadas não dispensa o **COMPROMISSÁRIO** de satisfazer quaisquer exigências previstas em outras legislações, tampouco de cumprir qualquer imposição de ordem administrativa que diga respeito às normas ambientais correlatas, bem como ao processo de licenciamento ambiental referente a a eventual continuidade das atividades que no local se pretenda.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam o presente termo em 2 vias, que terá eficácia de título executivo extrajudicial a partir da sua celebração (Resolução 179 do CNMP).

Joinville, 29 de outubro de 2021

Assinado digitalmente
Simone Cristina Schultz
Promotora de Justiça

CHARLES CRISTHIANO PINTRO
Compromissário

K